



Distribuições Linux incluirão um diretório /run

Lennart Poettering, desenvolvedor do systemd, anunciou na lista de discussão do Fedora a introdução de um diretório /run na raiz do sistema. Similar ao diretório /var/run já existente, a nova pasta tem como objetivo permitir que aplicações armazenem dados que são necessários para que elas funcionem. Isso inclui ID de processos, informações de sockets, travamento de arquivos, entre outros dados que são necessários durante a execução, mas que não podem ser armazenados em /tmp porque programas como o tmpwatch poderiam apagá-los de lá.

Também o /var/run fica prejudicado em tais casos, pois não está prontamente disponível para ferramentas como o systemd, udev ou mdadm, que necessitam de um local para seus dados no início da inicialização e a pasta /var é implementada como um sistema de arquivo separado que é montado mais tarde durante o processo de boot. Como resultado, esses programas tiveram que apelar para artifícios, como usar /dev/.udev, /dev/.systemd ou /dev/.mount,

mesmo que estes diretórios não sejam destinados ou apropriados para tais dados.

Poettering disse que a introdução do novo diretório não foi uma ideia exclusiva sua e que tem sido discutida entre as comunidades Debian, Fedora, Suse e os desenvolvedores do Upstart. O desenvolvedor do Upstart, Colin Watson disse que ele está feliz por contribuir com o uso do novo diretório no Ubuntu. Poettering declarou que muitos desenvolvedores que trabalham nessa área já desejavam algo como o /run há algum tempo, mas que temiam pelas consequências de uma discussão política sobre o tema. Entre os pontos mais discutidos está a questão sobre se a abordagem adotada viola ou não o *Filesystem Hierarchy Standard* (FHS).

Poettering já modificou o systemd para implementar o uso de tmpfs no /run do Fedora 15. As versões do dracut e do udev no Fedora, assim como o systemd na versão de desenvolvimento do OpenSuse, logo passarão a utilizar o novo diretório. ■

▶ Igalia torna-se membro da Linux Foundation

A empresa espanhola de desenvolvimento e consultoria Igalia tornou-se o mais recente membro da Linux Foundation.

A empresa já está envolvida com software livre há dez anos e faz parte do conselho consultivo da GNOME Foundation, um núcleo que ajuda a guiar os rumos da plataforma desktop. Entre os projetos com os quais está envolvida, está o WebKitGTK+, que traz o motor WebKit para a plataforma GNOME.

O site da Igalia cita ainda seu envolvimento e as contribuições de código para o GStreamer, freedesktop.org, Qt, o kernel Linux, MeeGo, LiMo e o Sugar. A empresa espera contribuir com o trabalho da fundação nas frentes de computadores pessoais,

dispositivos móveis, sistemas integrados e no desenvolvimento do kernel.

O co-fundador da Igalia, Juan José Sánchez afirmou: “Através de nossa participação na Linux Foundation, buscamos uma colaboração mais profunda com projetos como o MeeGo e apoiar o trabalho da fundação que visa aumentar a adoção e a compreensão do código aberto.” ■



► Cabeçalho “Não quero ser rastreado”, da Mozilla, é adotado por outros browsers

A mais recente iniciativa da Mozilla para garantir a privacidade na rede foi a criação de um cabeçalho HTTP, aliado a uma opção que permite que os servidores de provedores de conteúdo e serviços saibam que o navegador que acessa a página, não deseja ser rastreado.

Implementada na última versão de seu navegador, o Firefox 4, a opção já foi adotada pelo Google em seu navegador Chrome e pela Microsoft em uma atualização recente para o Internet Explorer 9.

Do outro lado, o cabeçalho vem recebendo atenção da W3C (Consortório Web) e da IETF (Força Tarefa para Engenharia da Internet) num esforço de padronização de seu uso.

Alguns provedores de conteúdo e publicitários também já passaram a usar esse cabeçalho. A primeira foi a agência

de notícias americana Associated Press, que provê notícias para mais de 800 sites e 175 milhões de visitas únicas por mês.

Alex Fowler, através do blog da Mozilla, declarou que essa adoção por parte dos sites é um passo importante para que os usuários tenham verdadeiro controle sobre as informações que desejam divulgar pela rede. ■



► Google contrata James Gosling

James Gosling, o pai da linguagem de programação Java, anunciou que começou a trabalhar no Google. Gosling, revelou pouco sobre o que fará em seu novo emprego, dizendo apenas que ele “parece ser bem interessante e com muita influência”.

Gosling demitiu-se da Oracle depois que a empresa completou sua aquisição da Sun. Desde então, ele parece ter dado uma pausa na carreira, pois disse que “teve dificuldades em dizer não para muitas excelentes possibilidades”. Outro ex-funcionário da Sun, Tim Bray, co-inventor do XML, também já trabalha para o Google, junto ao projeto Android. ■

► ONU lança documento com “10 Direitos e Princípios da Internet”

No dia 31 de Março, durante uma reunião das Organizações das Nações Unidas (ONU) para discutir a proteção dos direitos humanos na internet, foi lançado o documento “10 Direitos e Princípios da Governança da Internet”. O texto é uma iniciativa do *Internet Rights and Principles*, grupo formado por governos, sociedade civil e empresas no processo do Fórum Global de Governança da Internet (IGF), também da ONU.

Um dos representantes do Brasil nos debates que levaram à formulação do documento foi o Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-Rio). O CTS é membro-fundador da iniciativa, criada em 2006 e que se reúne anualmente no Fórum Global de Governança da Internet, que nesse ano ocorre em Nairobi, no Quênia.

No Brasil, o CTS desenvolveu o Marco Civil da Internet brasileira em parceria com o Ministério da Justiça. Na avaliação do coordenador do CTS da FGV-Rio, Carlos Affonso Pereira de Souza, que é também integrante do Conselho da Internet Rights and Principles, as duas iniciativas se complementam para enfatizar o papel dos direitos humanos e fundamentais na regulação da rede.

“O documento endossa a visão da internet como espaço a ser regulado pelo viés dos direitos humanos, evitando assim regulações que busquem censurar o acesso à rede e o livre acesso aos conteúdos ali disponibilizados. Existe uma nítida relação entre esses dez princípios agora lançados e o trabalho interno no Brasil com o Marco Civil da Internet”, explica ele.

Dentre os dez princípios e direitos estabelecidos estão a função da Internet como veículo para promover a Justiça Social e a Diversidade Cultural. O documento incluiu também a Acessibilidade, para garantir o direito de todos à utilização da internet segura e aberta, como uma das suas diretrizes. De acordo com o texto, o ambiente online deve funcionar como uma Rede de Igualdade e de Expressão e Associação.

Constam ainda no documento o direito à Privacidade e Proteção de Dados, incluindo a liberdade de vigilância, o direito de usar criptografia e o direito ao anonimato online, bem como o controle sobre a divulgação de dados pessoais, e a orientação “Normas e Regulamentos” para que a arquitetura da Internet seja baseada em padrões abertos. ■